JÚRI SIMULADO: UMA REFLEXÃO DE INCLUSÃO

Madson Escobar Pereira [1]

Dhienifer da Rosa Martins [2]

Ana Elise Rodrigues Brum [3]

Eliana da Costa Pereira de Menezes [4]

Sabrina Fernandes de Castro [5]

Resumo:

Este trabalho consiste em um relato de experiência a partir de um Júri simulado proposto como uma atividade avaliativa da disciplina de Política de Inclusão e Gestão Educacional pertencente a grade curricular do Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo do trabalho é analisar as concepções sobre inclusão escolar que embasaram as discussões que constituíram o júri simulado. A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa com base em Minayo (2001). O instrumento da produção dos dados foi à observação participante com uma turma do Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria - RS, bem como os relatos de três acadêmicos envolvidos na simulação do júri de ambos os casos. A proposta do júri simulado teve como objetivo debater as políticas e práticas de inclusão, levando todos os participantes do grupo a se envolverem e tomarem um posicionamento; exercitar a expressão e o raciocínio; desenvolver e/ou amadurecer o senso crítico buscando argumentos sólidos para justificar as ideias e explorarem sua capacidade linguística na apresentação destes argumentos. Para tanto foi ofertada a turma dois casos de inclusão escolar, baseado em fatos reais. Os casos foram denominados: "Caso Marcos e Caso Pedro". A turma dividiu-se em dois grupos para estudar os casos e apresentar sua simulação de júri contendo os papéis de Juiz, Assessores do Juiz, Jurados, Advogados de defesa, Promotores, Testemunhas e Público. Para a simulação do júri ambos os grupos tiveram de incorporar aos casos argumentos de acusação, bem como de defesa e explorar os contextos familiar e escolar dos casos de inclusão. Foi possível perceber que por meio do júri houve uma necessidade de contextualização de ambos os casos para que fossem apresentados os casos no tribunal, bem como articulação das leituras realizadas no decorrer do semestre e possibilitando assim, organizar justificativas de acusação e defesa. Percebe-se que a proposta foi lúdica e prática, necessitando de conhecimentos prévios para sua realização. Quanto às concepções de inclusão ficou evidente que para os acadêmicos a permanência dos alunos com deficiência em escolas regulares, por ser considerado um direito conquistado, não deve ser negado, independente das condições existentes para que a inclusão se efetive.

Palavras-chave: JÚRI SIMULADO; INCLUSÃO; PRÁTICA PEDAGÓGICA

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

JÚRI SIMULADO: UMA REFLEXÃO DE INCLUSÃO

[1] Aluno de pós-graduação. medsoneskobar@gmail.com. Autor principal

[2] Aluna de Pós-Graduação. dhieniferm@gmail.com. Co-autor

[3] Aluna Pós-Graduação. anaelisebr@gmail.com. Co-autor

[4] Docente. elianacpm@hotmail.com. Orientador

[5] Docente. sabrinafcastro@gmail.com. Co-orientador

JÚRI SIMULADO: UMA REFLEXÃO DE INCLUSÃO

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em um relato de experiência a partir de um Júri Simulado proposto como uma atividade avaliativa da disciplina de Política de Inclusão e Gestão Educacional pertencente a grade curricular do Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo do trabalho é analisar as concepções sobre inclusão escolar que embasaram as discussões que constituíram o júri simulado.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa com base em Minayo (2001). O instrumento da produção dos dados foi à observação participante com uma turma do Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria – RS, bem como os relatos de três acadêmicos envolvidos na simulação do júri de ambos os casos.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A proposta do júri simulado teve como objetivo debater as políticas e práticas de inclusão, levando todos os participantes do grupo a se envolverem e tomarem um posicionamento; exercitar a expressão e o raciocínio; desenvolver e/ou amadurecer o senso crítico buscando argumentos sólidos para justificar as ideias e explorarem sua capacidade linguística na apresentação destes argumentos. Para tanto foi ofertada a turma dois casos de inclusão escolar, baseado em fatos reais. Os casos foram denominados: “Caso Marcos e Caso Pedro”. A turma dividiu-se em dois grupos para estudar os casos e apresentar sua simulação de júri contendo os papéis de Juiz, Assessores do Juiz, Jurados, Advogados de defesa, Promotores, Testemunhas e Público. Para a simulação do júri ambos os grupos tiveram de incorporar aos casos argumentos de acusação, bem como de defesa e explorar os contextos familiar e escolar dos casos de inclusão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que por meio do júri houve uma necessidade de contextualização de ambos os casos para que fossem apresentados os casos no tribunal, bem como articulação das leituras realizadas no decorrer do semestre e possibilitando assim, organizar justificativas de acusação e defesa. Percebe-se que a proposta foi lúdica e prática, necessitando de conhecimentos prévios para sua realização. Quanto às concepções de inclusão ficou evidente que para os acadêmicos a permanência dos alunos com deficiência em escolas regulares, por ser considerado um direito conquistado, não deve ser negado, independente das condições existentes para que a inclusão se efetive.

REFERÊNCIAS

Livro

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.